

ACESSO E PERMANÊNCIA DE ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

**ACCESS AND RETENTION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN BRAZILIAN
HIGHER EDUCATION: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW**

Ciências da Saúde • 06/09/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/788455471](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/788455471)

Rayane da Silva Freitas¹

Sheila Moura do Amaral²

Eliana Marques Gomes da Silva³

Henrico Batista Peçanha Palhano⁴

Samara Oliveira de Magalhães⁵

RESUMO

O presente estudo analisa a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro, com foco nos processos de acesso, permanência e nos desafios institucionais relacionados à trajetória acadêmica desse público. Objetivou-se analisar as evidências científicas disponíveis na literatura nacional acerca das condições de ingresso, permanência, acessibilidade e suporte institucional oferecidos aos estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior brasileiras. Trata-se de uma revisão sistemática da literatura, realizada a partir de estudos disponíveis nas bases do Portal de Periódicos CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Foram incluídas produções científicas que abordavam estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro, políticas inclusivas, acessibilidade institucional e barreiras acadêmicas. Os estudos analisados evidenciaram avanços relacionados à ampliação do acesso e ao fortalecimento das políticas educacionais inclusivas, porém apontaram desafios persistentes quanto à permanência acadêmica, envolvendo barreiras arquitetônicas, pedagógicas, comunicacionais e institucionais. Conclui-se então, que a inclusão universitária ultrapassa a garantia do ingresso, exigindo ações institucionais contínuas que promovam acessibilidade, participação acadêmica, autonomia e conclusão da formação

Palavras-chave: Ensino Superior; Pessoa com Deficiência; Inclusão; Permanência acadêmica.

ABSTRACT

This study analyzes the inclusion of students with disabilities in Brazilian higher education, focusing on the processes of access, retention, and institutional challenges related to the academic trajectory of this population. The objective was to analyze the

scientific evidence available in the national literature regarding admission conditions, academic retention, accessibility, and institutional support provided to students with disabilities in Brazilian Higher Education Institutions. This is a systematic literature review based on studies available in the CAPES Periodicals Portal, the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), and the Scientific Electronic Library Online (SciELO). Scientific productions addressing students with disabilities in Brazilian higher education, inclusive policies, institutional accessibility, and academic barriers were included. The analyzed studies demonstrated advances related to the expansion of access and the strengthening of inclusive educational policies; however, persistent challenges regarding academic retention were identified, involving architectural, pedagogical, communicational, and institutional barriers. It is concluded that university inclusion goes beyond ensuring admission, requiring continuous institutional actions that promote accessibility, academic participation, autonomy, and completion of educational trajectories.

Keywords: Higher Education; People with Disabilities; Inclusion; Academic Retention; Systematic Literature Review.

1. INTRODUÇÃO

A ampliação do acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro constitui um importante avanço das políticas educacionais inclusivas desenvolvidas nas últimas décadas. A consolidação de marcos normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), fortaleceu o reconhecimento da educação como um direito fundamental, que tornou a participação

desse público mais palpável em todos os níveis de ensino. Entretanto, embora a expansão das políticas inclusivas tenha contribuído para o aumento da presença de estudantes com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES), a garantia do ingresso representa apenas uma etapa inicial do processo de inclusão. A permanência acadêmica, a participação plena nas atividades universitárias e a conclusão da formação ainda são atravessadas por barreiras atitudinais, arquitetônicas, pedagógicas e comunicacionais que podem comprometer a trajetória desses estudantes.

A inclusão no ensino superior não deve ser compreendida apenas como a possibilidade de ingresso em uma instituição, mas como a construção de condições institucionais que assegurem igualdade de oportunidades, autonomia e participação acadêmica. Estudos desenvolvidos no contexto brasileiro apontam que, apesar dos avanços legais e institucionais, permanecem desafios relacionados à acessibilidade física, à adaptação das práticas pedagógicas, à formação docente e à organização dos serviços de apoio destinados aos estudantes com deficiência (Gomes et al., 2021; Bezerra; Silva Neto, 2020; Arrué et al., 2019). Essas dificuldades demonstram que a efetivação das políticas inclusivas depende não apenas da existência de dispositivos legais, mas também da capacidade das universidades em reconhecer demandas específicas e desenvolver estratégias institucionais de acompanhamento e suporte.

Além disso, torna-se fundamental compreender como a produção científica brasileira tem abordado a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior, bem como identificar as lacunas, os desafios e os avanços existentes no campo acadêmico. Embora diferentes estudos tenham investigado

aspectos relacionados às políticas públicas, às barreiras institucionais e às experiências vivenciadas por esses estudantes, os conhecimentos produzidos encontram-se distribuídos em diferentes abordagens e contextos, o que dificulta uma compreensão integrada do cenário nacional.

A realização de uma revisão sistemática da literatura torna-se necessária para reunir e analisar de forma sistematizada as evidências disponíveis, permitindo identificar os principais achados, tendências, convergências, limitações e aspectos ainda pouco explorados pelos estudos. Tal perspectiva possibilita uma abordagem que permita identificar padrões na produção científica nacional sobre inclusão universitária, contribuindo para a compreensão dos avanços alcançados e das lacunas que ainda persistem em relação ao acesso e à permanência de pessoas com deficiência no ensino superior.

Portanto, o objetivo deste estudo é analisar as evidências científicas produzidas no contexto brasileiro acerca da inclusão, do acesso e da permanência de pessoas com deficiência no ensino superior, considerando aspectos relacionados às barreiras institucionais e ao perfil acadêmico desse público, a fim de identificar desafios, avanços, lacunas do conhecimento e contribuições para o fortalecimento das políticas de inclusão universitária.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro constitui um processo histórico relacionado à ampliação dos direitos sociais e à transformação das concepções educacionais sobre deficiência. Durante décadas, pessoas com deficiência foram

afastadas dos espaços educacionais por modelos baseados na segregação e na compreensão da deficiência como uma limitação individual. Entretanto, a consolidação do paradigma da educação inclusiva modificou essa perspectiva ao reconhecer que as barreiras presentes nos ambientes sociais e institucionais podem limitar a participação plena desses indivíduos.

No contexto brasileiro, a educação inclusiva passou a ser fortalecida por importantes marcos normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e, mais recentemente, o Decreto nº 12.686/2025, posteriormente alterado pelo Decreto nº 12.773/2025, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Esses instrumentos ampliaram e consolidaram a compreensão da educação como direito fundamental, estabelecendo princípios e diretrizes relacionados à igualdade de oportunidades, à acessibilidade, ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem das pessoas com deficiência nos diferentes níveis de ensino, inclusive no ensino superior.

No ensino superior, a garantia do acesso representa apenas uma etapa inicial do processo inclusivo. A presença de estudantes com deficiência nas universidades não significa necessariamente que essas instituições estejam preparadas para garantir sua permanência e conclusão acadêmica. A inclusão universitária envolve mudanças estruturais, pedagógicas e institucionais capazes de responder às diferentes necessidades dos estudantes.

A literatura demonstra que a ampliação do ingresso de estudantes com deficiência nas instituições de ensino superior brasileiras ocorreu acompanhada pelo fortalecimento das políticas públicas e das ações afirmativas. Contudo, o aumento das matrículas não elimina os desafios relacionados à permanência acadêmica.

A trajetória universitária desses estudantes pode ser influenciada por diferentes barreiras, incluindo obstáculos arquitetônicos, dificuldades de acessibilidade comunicacional, ausência de recursos tecnológicos adequados, limitações nas práticas pedagógicas e insuficiente formação inicial e continuada dos profissionais envolvidos no processo educacional.

A permanência deve ser compreendida como um conceito amplo, relacionado não apenas à continuidade da matrícula, mas à possibilidade de participação efetiva nas atividades acadêmicas, desenvolvimento da autonomia e conclusão da formação. Assim, instituições de ensino superior inclusivas precisam desenvolver estratégias permanentes de acompanhamento, suporte e adaptação das práticas institucionais.

Embora a produção acadêmica brasileira tenha ampliado a discussão sobre estudantes com deficiência no ensino superior, os estudos apresentam diferentes abordagens metodológicas e investigam aspectos específicos da inclusão universitária. Parte das pesquisas concentra-se em políticas públicas, enquanto outras analisam acessibilidade, experiências dos estudantes, barreiras institucionais ou processos de identificação acadêmica.

Dessa forma, a realização de uma revisão sistemática da literatura torna-se relevante por permitir a organização e a análise das

evidências disponíveis, identificando tendências, convergências e lacunas existentes na produção científica nacional. A síntese desses conhecimentos contribui para compreender como o ensino superior brasileiro tem respondido às demandas relacionadas ao acesso, a permanência e a participação acadêmica de estudantes com deficiência.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura incluindo estudos sobre acesso, permanência e perfil de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro. As buscas foram realizadas no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na Scientific Electronic Library Online (SciELO), por serem bases que reúnem produções científicas nacionais relacionadas à educação, inclusão, políticas públicas e ensino superior.

Foram utilizados descritores combinados por operadores booleanos, contemplando diferentes estratégias de busca, incluindo: “estudantes com deficiência” AND “ensino superior” AND Brasil; “pessoa com deficiência” AND “ensino superior”; “acadêmico” AND “deficiência” AND “instituição de ensino superior”; “acadêmicos” AND “deficiência” AND “ensino superior”; “acadêmico” AND “deficiência” OR “necessidades especiais” AND IES; “tipos de deficiência” AND “acadêmico” AND “universidade”; e “perfil sociodemográfico” AND “gênero” AND “deficiência”.

Foram incluídos estudos que abordassem estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro, políticas de acesso e

permanência, acessibilidade institucional, barreiras acadêmicas, identificação institucional, perfil sociodemográfico e inclusão em instituições de ensino superior brasileiras. Foram excluídos estudos que não tratavam diretamente do ensino superior, que abordavam deficiência sem relação com o contexto universitário, que não apresentavam aderência ao objetivo da pesquisa ou que apresentavam informações insuficientes para a análise proposta.

O processo de seleção dos estudos ocorreu em etapas sucessivas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Inicialmente foram identificadas as produções nas bases consultadas. Em seguida, realizou-se a triagem por título e aderência temática, seguida da avaliação dos resumos e leitura na íntegra dos estudos potencialmente elegíveis.

No portal de periódicos da CAPES, foram identificados 569 estudos, dos quais 20 foram selecionados para leitura na íntegra e 3 foram incluídos na revisão. Na BDTD, foram identificados 532 trabalhos, dos quais 27 foram selecionados para leitura na íntegra e 2 foram incluídos. Na SciELO, foram identificados 2 artigos, dos quais 1 foi incluído. Ao final do processo, foram incluídas 6 produções na revisão sistemática.

A seleção, leitura e extração das informações foram realizadas mediante organização dos dados em planilha própria, contendo critérios previamente definidos para análise dos estudos, incluindo objetivo, método ou delineamento, população ou objeto investigado, principais resultados, contribuições e relação com a temática da pesquisa. A análise dos estudos foi conduzida de forma qualitativa, buscando identificar convergências, desafios e lacunas relacionadas

ao acesso, permanência, acessibilidade institucional e inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro.

Entre as produções incluídas na revisão foram selecionados estudos considerados mais representativos para composição do quadro-síntese e discussão dos resultados, considerando sua relação direta com os principais eixos da pesquisa: acesso ao ensino superior, permanência acadêmica, barreiras institucionais, acessibilidade, identificação dos estudantes e caracterização do perfil acadêmico. O quadro-síntese contemplou autoria, ano, título, objetivo, método ou delineamento e contribuição dos estudos para a compreensão da inclusão universitária.

Os principais artigos utilizados para sustentar a discussão foram organizados em quadro-síntese, contemplando autoria, ano, título, objetivo, método/delineamento e contribuição para este estudo. Essa organização permitiu comparar os estudos selecionados e identificar convergências relacionadas ao acesso, à permanência, às barreiras, acessibilidade institucional, à identificação dos estudantes e à caracterização do perfil sociodemográfico e acadêmico de estudantes com deficiência no ensino superior. A análise permitiu identificar convergências, lacunas e desafios relacionados à inclusão universitária.

Tabela 1. Artigos da revisão sistemática (2026)

Autor(es)	Ano	Título do estudo	Objetivo	Método/Delineamento	Contribuição para este estudo
Ansay	2015	O acesso de	Discutir o direito de	Estudo teórico-	Fundamenta

	estudante	acesso dos	reflexivo,	compre
	s com	estudante	fundamen	são
	deficiência	s com	tado na	acesso
	ao ensino	deficiência	análise de	ensino

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/acesso-e-permanencia-de-academicos-com-deficiencia-no-ensino-superior-brasileiro-uma-revisao-sistemica-da-literatura?noblockage>

Fonte: Elaborado pelos autores.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos selecionados nesta revisão sistemática evidenciam que a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro constitui um processo complexo, envolvendo dimensões relacionadas ao acesso, às políticas públicas, à permanência acadêmica, à acessibilidade institucional e às estratégias desenvolvidas pelas universidades para acompanhamento desse público. As seis produções analisadas apresentam diferentes perspectivas sobre a temática, permitindo compreender que a inclusão universitária não se restringe à ampliação das oportunidades de ingresso, mas envolve a construção de condições institucionais capazes de garantir participação acadêmica, autonomia e conclusão da formação.

No que se refere ao acesso ao ensino superior, os estudos analisados destacam que a inclusão desse público está relacionada ao reconhecimento da educação como direito e ao desenvolvimento de políticas públicas voltadas à democratização do ensino. Ansay (2015) discute o acesso de estudantes com deficiência ao ensino superior brasileiro a partir da perspectiva dos direitos sociais e das políticas

educacionais, evidenciando que a presença desse grupo nas universidades está associada a um processo histórico de construção de garantias legais e institucionais. Nessa mesma perspectiva, Cerqueira e Pimentel (2020), ao realizarem um levantamento do estado da arte sobre a inclusão de pessoas com deficiência na educação superior brasileira, demonstram que a produção científica nacional tem ampliado a discussão sobre a temática, evidenciando a importância de compreender não apenas o ingresso, mas também as condições oferecidas pelas instituições para a trajetória acadêmica desses estudantes.

Os estudos indicam que a ampliação do acesso representa apenas uma etapa inicial do processo inclusivo. A permanência acadêmica depende da existência de condições institucionais adequadas, capazes de responder às diferentes necessidades dos estudantes com deficiência. Nesse contexto, Arrué et al. (2019) demonstram que, embora algumas instituições apresentem elementos facilitadores de acessibilidade, ainda existem barreiras arquitetônicas e urbanísticas que podem interferir no cotidiano acadêmico desses estudantes. Os achados reforçam que a acessibilidade física constitui um componente essencial para garantir autonomia e participação, sendo necessário que os espaços universitários sejam planejados considerando a diversidade dos usuários.

Além das barreiras estruturais, a literatura analisada evidencia que a permanência dos estudantes com deficiência também depende de fatores institucionais relacionados ao planejamento, acompanhamento e suporte acadêmico. Dias et al. (2024), ao investigarem as perspectivas de acesso e permanência no ensino superior brasileiro, destacam que a inclusão universitária envolve a articulação entre políticas institucionais, práticas docentes,

acessibilidade e mecanismos de apoio aos estudantes. Dessa forma, a permanência não deve ser compreendida apenas como a continuidade da matrícula, mas como a garantia de condições que possibilitem participação efetiva nas atividades acadêmicas e desenvolvimento do percurso formativo.

Outro aspecto identificado nos estudos refere-se à importância da produção de informações institucionais sobre os estudantes com deficiência. Martins, Leite e Ciantelli (2018) destacam a relevância do mapeamento das matrículas e da identificação dos estudantes com deficiência nas universidades públicas brasileiras, evidenciando que o conhecimento sobre esse público é fundamental para o planejamento de ações institucionais. Complementarmente, Martins e Louzada (2022) demonstram que os critérios utilizados pelas instituições para identificar estudantes com deficiência possuem papel importante na formulação de políticas inclusivas, uma vez que informações institucionais adequadas permitem reconhecer demandas específicas e direcionar estratégias de acompanhamento e suporte.

De maneira geral, os estudos analisados convergem para a compreensão de que a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro apresenta avanços importantes relacionados ao reconhecimento de direitos e à ampliação do acesso, mas ainda depende do fortalecimento das ações institucionais voltadas à permanência acadêmica. A efetivação da inclusão universitária exige uma abordagem integrada, envolvendo acessibilidade física, práticas pedagógicas inclusivas, formação dos profissionais envolvidos, identificação adequada dos estudantes e desenvolvimento de políticas institucionais permanentes.

Assim, a revisão sistemática evidencia que o desafio contemporâneo das instituições de ensino superior não está apenas em garantir o ingresso de estudantes com deficiência, mas em assegurar condições para que esses estudantes tenham uma trajetória acadêmica com participação plena, autonomia e possibilidade de conclusão dos cursos. A inclusão universitária, portanto, deve ser compreendida como um processo contínuo de transformação institucional, no qual o acesso e a permanência são dimensões indissociáveis.

5. CONCLUSÃO

O levantamento realizado nas bases de dados evidenciou que a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro representa um processo em construção, marcado por avanços relacionados ao reconhecimento de direitos, ao desenvolvimento de políticas inclusivas e à ampliação das oportunidades de acesso. Os estudos analisados demonstram que o ingresso nas instituições de ensino superior constitui apenas uma etapa inicial da inclusão, sendo necessária a consolidação de estratégias institucionais que assegurem condições adequadas de permanência, participação acadêmica e conclusão da formação.

As evidências reunidas indicam que os principais desafios relacionados à inclusão universitária envolvem diferentes dimensões, incluindo acessibilidade arquitetônica, adequação das práticas pedagógicas, formação dos profissionais envolvidos, identificação das demandas específicas dos estudantes e fortalecimento dos serviços institucionais de apoio. Dessa forma, a efetivação das políticas inclusivas depende da capacidade das instituições de ensino superior em transformar os princípios

normativos em ações concretas que promovam autonomia, equidade e participação plena.

Além disso, a análise dos estudos evidencia a importância da produção e organização de informações institucionais sobre estudantes com deficiência, uma vez que o conhecimento adequado desse público contribui para o planejamento de políticas e ações direcionadas às suas necessidades acadêmicas. O número restrito de estudos que atenderam aos critérios de elegibilidade também sugere uma disponibilidade limitada de pesquisas diretamente alinhadas ao escopo desta revisão, reforçando a necessidade de ampliar investigações específicas sobre as condições de acesso, permanência e trajetória acadêmica de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro.

Conclui-se, portanto, que a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior brasileiro deve ser compreendida como um processo contínuo, que ultrapassa a garantia do acesso e envolve a construção de ambientes universitários acessíveis, acolhedores e preparados para atender à diversidade. Embora os avanços alcançados representem conquistas importantes, permanece a necessidade de fortalecer políticas institucionais voltadas à permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSAY, Noemi Nascimento. **O acesso de estudantes com deficiência ao ensino superior no Brasil: direito ou concessão?** 2015.

ARRUÉ, Graciela et al. **Os desafios no cotidiano de estudantes universitários com deficiência: barreiras ou facilitadores?** 2019.

CERQUEIRA, Adriana; PIMENTEL, Susana. **Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior no Brasil: levantamento do estado da arte.** 2020.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. **Ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade nas universidades federais brasileiras.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2016.

DIAS, et al. **Perspectivas de acesso e permanência no ensino superior brasileiro de estudantes com deficiência: uma revisão integrativa da literatura.** 2024.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; LEITE, Lúcia Pereira; CIANTELLI, Ana Paula Camilo. **Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três universidades públicas brasileiras.** 2018.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; LOUZADA, Juliana Cavalcante de Andrade. **Política de identificação de estudantes em situação de deficiência em uma universidade pública brasileira.** 2022.

MAZZONI, Alberto Angel et al. **Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias.** *Ciência da Informação*, 2001.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; BUENO, José Geraldo Silveira. **Escolarização de alunos com deficiência: desafios e perspectivas.** *Educar em Revista*, 2011.

MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosângela. **Inclusão e acessibilidade no ensino superior.** *Educar em Revista*, 2011.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes e resultados de pesquisas.** *Educar em Revista*, 2009.

¹ Discente do Curso Superior de Medicina da Escola Superior de Saúde (ESA) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Campus Cachoeirinha. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Docente Doutora Adjunta do Curso de Educação Física da Escola Superior de Saúde (ESA) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Campus Cachoeirinha. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Docente Mestre do Curso de Enfermagem da Escola Superior de Saúde (ESA) da Universidade do Estado do Amazonas Campus Cachoeirinha. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Discente do Curso de Odontologia da Escola Superior de Saúde (ESA) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) Campus Cachoeirinha. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Doutorada em Ciências da Educação na Universidad America - Paraguai, revalidado pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)